



MARCOS LEGAIS

Módulo III Gestão das Políticas Públicas

Aula 5

Parcerias na gestão e execução das políticas públicas com entidades públicas e/ou privadas

Para compreender e analisar políticas públicas é fundamental conhecer seus marcos legais. Toda política pública, uma vez que regulamenta direitos dos cidadãos, tem gênese na Constituição Federal. Esta, ao determinar as competências do Estado, é a primeira referência legal para a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas. É, no entanto, a legislação infra-constitucional que orienta e regula cada política pública aos estabelecer parâmetros para a gestão pública através de leis específicas, chamadas leis orgânicas ou leis complementares.

Em muitos casos há, ainda, resoluções de autoria dos Ministros que estabelecem normas operacionais básicas que para políticas públicas específicas. Tais resoluções, conhecidas pela sigla NOB (normas operacionais básicas), constituem, somadas à Constituição e à legislação infra-constitucional, o marco legal de cada política pública.

Este suplemento indica os principais marcos legais referentes ao conteúdo desenvolvido em cada aula.

Constituição Federal

Constituição Federal de 1988 e emendas: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

Importante: Neste link você encontrará também, ilustradas por meio de uma linha do tempo, todas as emendas feitas à Constituição no período de 1988-2006, e seus respectivos textos integrais.

Legislação Infra-constitucional e NOBs

Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Termo de Parceria (SCIPs):
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9790.htm>

Importante: Neste link você encontrará a lei 9790 de 1999 que, tal qual define sua emenda, “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” e “institui e disciplina o Termo de Parceria”.



Lei das Organizações Sociais (OSs): <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9637.htm>

Importante: Neste link você encontrará a lei 9637 de 1998 que, tal qual define sua emenda, “dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências”.

Lei 91, de 1935: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/1930-1949/L0091.htm>

Importante: Neste link você encontrará a lei 91 de 1935 que, tal qual define sua emenda, “determina regras pelas quaes são as sociedades declaradas de utilidade publica”.

Decreto-Lei 525, de 1938: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100867>

Importante: Neste link você encontrará o decreto-lei de 1938 que, tal qual define sua emenda, “institue o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país”.

Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8742.htm>

Importante: Neste link você encontrará a lei 8742 de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social. Esta lei, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre a organização da Assistência Social”.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>

Importante: Neste link você encontrará a lei 8069 de 1990, que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Lei 8212, de 1991: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8212cons.htm>

Importante: Neste link você encontrará a lei 8212 de 1991, que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”.

Lei 8078, de 1990: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8078.htm>

Importante: Neste link você encontrará a lei 8078 de 1990, que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”.

Lei 10741, de 2003 - Estatuto do Idoso: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>

Importante: Neste link você encontrará a lei 10741 de 2003, que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm

Importante: Neste Link você encontrará a lei 9394 de 1996 que, tal qual define sua ementa, “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.



Lei 8142, de 1990: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>

Importante: Neste Link você encontrará a lei 8142 de 1990 que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

Estatuto da Cidade: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm

Importante: Neste Link você encontrará a lei 10257, de julho de 2001, que é conhecida como o Estatuto das Cidades e, tal qual define sua ementa, “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”.

Código Civil: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>

Importante: Neste Link você encontrará a lei 10406 de 2002 que, tal qual define sua ementa, “institui o Código Civil”.

Código Tributário Nacional: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5172.htm>

Importante: Neste Link você encontrará a lei 5175 de 1966 que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios”.

Lei Complementar 118, de 2005: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LCP/Lcp118.htm>

Importante: Neste Link você encontrará a lei complementar 118 de 2005 que, tal qual define sua ementa, “altera e acrescenta dispositivos à Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e dispõe sobre a interpretação do inciso I do art. 168 da mesma Lei”.

Lei do Voluntariado: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9608.htm>

Importante: Neste link você encontrará a lei 9608 de 1998 que, tal qual define sua emenda, “dispõe sobre o serviço voluntário”.

Lei Complementar 101, de 04.05.2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf

Importante: Neste Link você encontrará a lei complementar 101 de junho de 2000 que, tal qual define sua ementa, “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”.

Lei 11107, de 2005: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm

Importante: Neste Link você encontrará a 11107 de 2005 que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”.



Lei 11079, de 2004: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm

Importante: Neste Link você encontrará a 11079 de 2004 que, tal qual define sua ementa, “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”.